

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.730 - SC (2019/0294559-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : MARLON CORDEIRO
ADVOGADO : MARLON CORDEIRO - PR045063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DOUGLAS WILLIAN SERINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DOUGLAS WILLIAN SERINO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O paciente foi preso temporariamente, custódia convertida em preventiva, e denunciado pela prática dos crimes dos arts. 1º, § 1º c/c o 2º, *caput*, todos da Lei 12.850/2013; 180, § 1º; e 180, §§ 1º e 2º, na forma do art. 69 (4 vezes), todos do Código Penal.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte Estadual que, monocraticamente, negou-lhe seguimento (fls. 243-247).

Neste *writ*, a defesa destaca ausência dos requisitos da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, razão pela qual pugna pela sua revogação ou, subsidiariamente, pela aplicação das medidas cautelares do art. 319 do CPP.

Na origem, os autos do processo n. 0011943-90.2019.8.24.0038 estão sob sigilo.

É o relatório.

DECIDO.

Denota-se que a presente ordem impugna decisão monocrática, não tendo sido levada a questão à apreciação do órgão colegiado por meio do agravo regimental, de modo que, não esgotada a instância ordinária, não se inaugurou a competência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, II, "a", da Constituição Federal.

Nesse sentido, confirmam-se:

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO.

1. É inviável o conhecimento do presente mandamus, uma vez que o

Superior Tribunal de Justiça

impetrante se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF.

REVISÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 621 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. No caso em apreço, observa-se que a defesa não demonstrou que a condenação teria violado frontalmente as provas colhidas na instrução, cingindo-se a alegar que o acusado negou a autoria do crime, que as testemunhas não o teriam reconhecido, sendo que o depoimento de uma delas, que teria confirmado a sua participação nos fatos, não teria sido corroborado pelas demais provas constantes dos autos, o que, nos termos do artigo 621 do Código de Processo Penal, não dá ensejo à revisão criminal, que não se presta à simples reanálise de provas que já foram exaustivamente examinadas pelo Tribunal Estadual.

2. Caso desejasse a análise do pleito revisional pelo colegiado, e não apenas pelo Desembargador Relator, cumpria à defesa interpor agravo regimental contra a decisão questionada, o que não foi feito, não havendo que se falar em violação ao devido processo legal, à ampla defesa e ao duplo grau de jurisdição.

3. Habeas corpus não conhecido. (HC 315.608/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 7/5/2015, DJe 20/5/2015).

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA RELATOR TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esgotamento da instância a quo, de modo que corretamente foi indeferido liminarmente o habeas corpus que atacava denegação monocrática do writ de origem.

2. Competia à defesa levar seu inconformismo, pela via do agravo, ao competente colegiado local e não inauguração, per saltum, da via recursal ao Tribunal Superior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 321.098/RS, da minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 19/5/2015, DJe 28/5/2015).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator

